

RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2019, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

INTRODUÇÃO

A conta de gerência de 2019, à semelhança da dos anos anteriores, mostra a preocupação que tem norteado a ação deste executivo e que se tem traduzido numa cada vez maior consolidação financeira do município, ao mesmo tempo que se continuam também a preparar os alicerces para o desenvolvimento económico.

Como é hábito dizer-se, “Roma e Pavia não se fizeram num dia”!

E por isso, com passos sólidos e seguros, mas difíceis, continuamos a cumprir as metas as que nos propusemos.

Infelizmente em 2019, novas sentenças judiciais (Cipriano e Filhos, Lda e Aníbal Mendes) traduziram-se em novos compromissos financeiros de 1.261.891,00€, dos quais no ano já foram pagos 211.895,33€, sendo os restantes 1.049.995,70€ pagos em 2020 e nos dois anos seguintes. Este facto não permitiu que os resultados obtidos fossem melhores e colocaram mais uma vez sob pressão a tesouraria, não permitindo a libertação de verbas para a concretização de alguns projetos que aspirávamos concretizar.

Da análise aos documentos da conta do município relativa ao ano de 2019, a nível orçamental, verifica-se um aumento do orçamento da receita relativamente ao ano anterior em 1.263.696,53€. Verifica-se uma diminuição das receitas próprias de 38.584,58€, que representa no entanto 34,8% do total das receitas, contrariamente aos 38,63% de 2018.

O grau de execução da receita foi de 85,81%.

A análise orçamental da despesa, a partir dos valores executados, mostra um aumento de 1.530.266,03€ relativamente a 2018. O grau de execução nesta mesma análise aumentou de 96,70% para 99,51%.

Da análise económica ressalta um valor de proveitos de 8.561.658,53€, superiores aos de 2018 em 2,41%.

Quanto aos custos totalizaram 10.300.747,49€, inferiores aos do ano de 2018 em -2,37%.

No final de 2019, as dívidas a terceiros de curto prazo apresentam um valor de 2.104.378,14€, superiores em relação ao ano anterior em 17,15%. O saldo da rubrica ‘Outros Credores’ respeita fundamentalmente à participação no capital social do FAM a realizar em 2020, no valor de 14.953,00€, à dívida existente à Agência para o Desenvolvimento e Coesão relativamente aos processos de devolução QREN, no valor de 135.365,00 € e à dívida a Aníbal Mendes Santos, Unipessoal, resultante do Proc. 1760/17.5T8VIS, no montante de 344.995,76 €.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo (8.275.732,03€), registam uma diminuição de 9,05%. As dívidas a instituições de crédito, respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 14,74% em relação a 2019, devendo-se este à amortização de empréstimos existentes. A rubrica Outros Credores, com um aumento de 3.444,44%, inclui a dívida a Aníbal Mendes Santos, Unipessoal, resultante do Proc. 1760/17.5T8VIS, no montante de 530.000,00 € Relativamente ao endividamento, a dívida total da área do município diminuiu de 11.398.296€ para 10.753.405€, ou seja -5,6%.

O excesso de endividamento, que em 1 de janeiro ainda era de 315.269€, passou a 0€ em 31 de dezembro.

Apesar de todas as contrariedades, continuamos no bom caminho.

O aparecimento de novas empresas continua a concretizar-se, bem como a preparação de todos os projetos objeto de financiamento comunitário, cujos concursos e execução serão concretizados ao longo dos próximos dois anos.

Acreditamos que com o contributo de todos os Santacombadenses, para quem o desenvolvimento do concelho é a primeira prioridade, vamos conseguir!

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflete diminuição das receitas próprias. Continua a existir a impossibilidade de atingir a totalidade dos valores previstos. Na tabela seguinte, estão patentes os desvios nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2019				2018			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos diretos	2.129.803,00	2.125.085,30	-4.717,70	99,78%	2.001.527,00	2.025.215,54	23.688,54	101,18%
02	Impostos indiretos	85.758,00	50.284,15	-35.473,85	58,63%	79.572,00	53.905,24	-25.666,76	67,74%
04	Taxas, multas e outras penalidades	257.644,00	242.729,37	-14.914,63	94,21%	238.558,00	236.576,34	-1.981,66	99,17%
05	Rendimentos da propriedade	441.918,00	441.633,77	-284,23	99,94%	434.577,00	440.373,33	5.796,33	101,33%
06	Transferências correntes	4.378.233,00	4.374.060,57	-4.172,43	98,76%	4.552.745,87	4.244.243,35	-308.502,52	93,22%
07	Venda de bens e serviços correntes	586.678,00	354.787,45	-231.890,55	60,47%	582.983,00	357.874,91	-225.108,09	61,39%
08	Outras receitas correntes	394.631,80	24.273,05	-370.358,75	6,15%	3.142,00	8.334,58	5.192,58	265,26%
09	Venda de bens de investimento	203.647,00	30.410,00	-173.237,00	14,93%	45.531,00	186.170,00	140.639,00	408,89%
10	Transferências de capital	1.625.236,97	1.537.371,57	-87.865,40	94,59%	468.603,40	536.803,40	68.200,00	114,55%
13	Outras receitas de capital	581.423,70	0,00	-581.423,70	nd	804.953,03	0,00	-804.953,03	nd
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.265,00	1.226,09	-38,91	96,92%	941,00	563,82	-377,18	59,92%
16	Saldo da gerência anterior	266.771,22	266.771,22	0,00	100,00%	476.179,86	476.179,86	0,00	100,00%
Total Receitas		10.953.009,69	9.398.632,54	-1.554.377,15	85,81%	9.689.313,16	8.566.240,37	-1.123.072,79	88,41%

Unid.: Euro

O orçamento da receita foi superior ao do ano 2018 em 1.263.696,53 euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2019 foi de 85,81%.

Verifica-se uma diminuição, de cerca de 2,60%, na taxa de execução do orçamento da receita. O grau de execução orçamental resulta da uma orçamentação da receita mais realista, embora continue condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga nos exercícios anteriores, mas, exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que obriga a projeção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores 'executados' e valores 'pagos', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa aumentou de 96,70% para 99,51% se considerarmos os valores 'executados', e diminuiu de 85,69% para 85,08% se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2019						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	13.462,00	12.637,12	-824,88	93,87%	5.614,59	-7.847,41	41,71%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	2.100,00	494,93	-1.605,07	23,57%	257,33	-1.842,67	12,25%
0101 04	Assembleia Municipal - Transferências correntes	1.250,00	1.250,00	0,00	100,00%	1.250,00	0,00	100,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.779.145,25	2.776.691,16	-2.454,09	99,91%	2.716.831,31	-62.313,94	97,76%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.316.941,19	3.272.998,08	-43.943,11	98,68%	2.565.827,04	-751.114,15	77,36%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	539.244,75	535.175,45	-4.069,30	99,25%	392.275,55	-146.969,20	72,75%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	201.334,85	201.000,40	-334,45	99,83%	186.212,73	-15.122,12	92,49%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	1.646.066,82	1.646.014,38	-52,44	100,00%	1.133.341,30	-512.725,52	68,85%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	383.248,19	383.240,84	-7,35	100,00%	297.497,98	-85.750,21	77,63%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	29.906,00	29.906,00	0,00	100,00%	29.906,00	0,00	100,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	555.379,97	555.379,97	0,00	100,00%	505.379,97	-50.000,00	91,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	145.997,98	145.997,98	0,00	100,00%	145.304,90	-693,08	99,53%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.338.932,69	1.338.932,68	-0,01	100,00%	1.338.932,68	-0,01	100,00%
Total despesas		10.953.009,69	10.899.718,99	-53.290,70	99,51%	9.318.631,38	-1.634.378,31	85,08%

Unid.: Euro

Rub.	Designação	2018						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	11.550,00	8.928,40	-2.621,60	77,30%	8.928,40	-2.621,60	77,30%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	700,00	476,73	-223,27	68,10%	476,73	-223,27	68,10%
0101 04	Assembleia Municipal - Transferências correntes	1.250,00	1.250,00	0,00	100,00%	1.250,00	0,00	100,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.566.990,20	2.566.690,20	-300,00	99,99%	2.525.057,01	-41.933,19	98,37%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.043.917,56	3.041.004,51	-2.913,05	99,90%	2.505.411,20	-538.506,36	82,31%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	391.811,18	390.611,18	-1.200,00	99,69%	325.644,13	-66.167,05	83,11%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	340.913,07	340.913,07	0,00	100,00%	295.472,56	-45.440,51	86,67%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	1.146.026,87	871.805,77	-274.221,10	76,07%	530.080,57	-615.946,30	46,25%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	321.020,84	282.639,66	-38.381,18	88,04%	245.590,61	-75.430,23	76,50%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	44.859,00	44.859,00	0,00	100,00%	44.859,00	0,00	100,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	358.951,05	358.951,05	0,00	100,00%	358.951,05	0,00	100,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	172.237,72	172.237,72	0,00	100,00%	172.237,72	0,00	100,00%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.289.085,67	1.289.085,67	0,00	100,00%	1.289.085,67	0,00	100,00%
Total despesas		9.689.313,16	9.369.452,96	-319.860,20	96,70%	8.303.044,65	-1.386.268,51	85,69%

Unid.: Euro

Na estrutura da despesa, a análise efetuada a partir dos valores 'executados' revela um aumento no respetivo grau de execução na ordem dos 2,81 p.p.. Em termos de valores absolutos, o valor global da despesa foi superior ao do ano anterior em 1.530.266,03 euros.

Considerando valores absolutos, tendo como referência os valores 'executados', pela Câmara Municipal, verificamos:

- Despesas com Pessoal – aumento de 8 p.p., cerca de 213.709,68€;
- Aquisição de Bens e Serviços – aumento de 8 p.p., cerca de 232.011,17€;

Contribui para este aumento resulta a aquisição de combustíveis, material de limpeza e higiene, vestuário e artigos pessoais, outro material - peças, prémios condecorações e ofertas, artigos honoríficos e de decoração, material de educação e recreio, outros bens, locação de outros bens, transportes, seguros, estudos, pareceres,

projetos e consultadoria, publicidade, vigilância e segurança, assistência técnica, outros trabalhos especializados, serviços de saúde, encargos de cobrança de receita e outros serviços;

- Transferências Correntes – aumento de 37 p.p., cerca de 145.814,27€;
Contribui para o aumento desta rubrica as transferências efetuadas para a administração local e instituições sem fins lucrativos e famílias;
- Outras despesas correntes – diminuição de 41 p.p., cerca de 139.912,67€;
- Aquisição de bens de capital – aumento de 89 p.p., cerca de 774.208,61€;
Este aumento verifica-se na quase totalidade das rubricas, à exceção de terrenos, habitação, ferramentas e utensílios e outros investimentos;
- Transferências de capital – aumento de 36 p.p., cerca de 100.601,18€;
A rubrica em apreço aumentou devido às transferências efetuadas a administração local e para instituições sem fins lucrativos;
- Ativos Financeiros – diminuição de 33 p.p., cerca de 14.953,00€;
É lançado nesta rubrica a participação do município no capital social do FAM.
- Outras despesas de capital – aumento de 10 p.p., cerca de 50.000,00€;
O aumento desta rubrica deve-se à indemnização a fornecedor por ordem judicial.
- Juros e outros encargos – diminuição de 15 p.p., cerca de 26.239,74€;
Esta rubrica contempla juros de empréstimos, e juros de mora de fornecedores;
- Passivos financeiros – aumento de 4 p.p., cerca de 49.847,01€;
Esta rubrica atende a amortização de empréstimos.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental verifica uma relação entre receitas e despesas correntes equilibrada.

As despesas correntes de 2019 ascenderam a 6.946.245,12 euros, enquanto as receitas correntes totalizaram 7.562.853,66 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	7.562.853,66	Receitas	7.366.523,29
Despesas	6.946.245,12	Despesas	6.522.111,81
Superávit 2019	616.608,54	Superávit 2018	844.411,48

Unid.: Euro

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital é negativo. As receitas de capital são constituídas maioritariamente pela receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital), preceituado no Mapa XIX do OE 2019. As despesas de capital são constituídas maioritariamente pela despesa associada à amortização de empréstimos, aquisição de bens de capital, à devolução do QREN e sentenças judiciais.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	1.567.781,57	Receitas	722.973,40
Despesas	3.953.473,87	Despesas	2.847.341,15
Défice 2019	-2.385.692,30	Défice 2018	-2.124.367,75

Unid.: Euro

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa (considerando compromissos assumidos) permite identificar desvios tanto em 2019 como nos exercícios transatos. Verifica-se um aumento da despesa total em 16,33%, cerca de 1.530.266,03€. A receita total apresenta um aumento de 9,71%, cerca de 832.392,17€. No final do exercício de 2019 aferiu-se um saldo negativo de 1.501.086,45 euros entre receitas e despesas sendo que no final do exercício de 2018 este se cifrava em 803.212,59 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	9.398.632,54	Receitas	8.566.240,37
Despesas	10.899.718,99	Despesas	9.369.452,96
Défice 2019	-1.501.086,45	Défice 2018	-803.212,59

Unid.: Euro

1.3 EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

Nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No final do exercício de 2019 o município cumpriu a regra de equilíbrio orçamental.

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	
Receita Corrente Bruta 2019	7.567.090,26
Despesa Corrente 2019	6.013.573,45
Amortizações Médias Empréstimos 2019	1.484.060,89
Equilíbrio Orçamental	69.455,92

Unid.: Euro

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Designação	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	3.270.429,18	34,80%	3.309.013,76	38,63%
Outras Receitas	5.861.432,14	62,36%	4.781.046,75	55,81%
Saldo Orçamental	266.771,22	2,84%	476.179,86	5,56%
Total das Receitas	9.398.632,54	100,00%	8.566.240,37	100,00%

Unid.: Euro

Em 2019 estas receitas corresponderam a 34,80% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de receita arrecadada depende de financiamentos externos à autarquia.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é positivo. Verifica-se, em 2019, um decréscimo de 3,83 p.p. do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2018, existe assim um decréscimo do seu valor absoluto de 38.584,58 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:

Rub.	Designação	2019		2018	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos diretos	2.125.085,30	64,98%	2.025.215,54	61,20%
02	Impostos indiretos	50.284,15	1,54%	53.905,24	1,63%
04	Taxas, multas e out pen.	242.729,37	7,42%	236.576,34	7,15%
05	Rendimentos da propriedade	441.633,77	13,50%	440.373,33	13,31%
07	Venda de bens e serv. corr.	354.787,45	10,85%	357.874,91	10,82%
08	Outras receitas correntes	24.273,05	0,74%	8.334,58	0,25%
09	Venda de bens de inv.º	30.410,00	0,93%	186.170,00	5,63%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	1.226,09	0,04%	563,82	0,02%
Total das receitas próprias		3.270.429,18	34,80%	3.309.013,76	38,63%
Total das receitas		9.398.632,54		8.566.240,37	

Unid.: Euro

Contribui para a diminuição das receitas próprias, verificado no exercício de 2019, os impostos indiretos, venda de bens e serviços correntes e a venda de bens de investimento. Verificou-se um aumento nas rubricas de impostos diretos,

taxas, multas e outras penalidades, rendimentos da propriedade, outras receitas correntes e reposições não abatidas nos pagamentos.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 30% da despesa total, representando um decréscimo de 5 pontos percentuais comparativamente ao exercício transato.

Os impostos diretos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 23% da totalidade da receita, menos 1 ponto percentual comparativamente a 2018.

Rácio	2019	2018
Receitas Próprias / Despesa Total	0,30	0,35
Receitas Próprias / Receita Total	0,35	0,39
Impostos Diretos / Receita Total	0,23	0,24

Unid.: Euro

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua atividade direta são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 62,36% do total das receitas no exercício de 2019, pelo que comparativamente ao exercício transato verificamos um acréscimo de 6,55% no peso das receitas totais.

Financiamento não próprio	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	4.324.060,57	73,77%	4.244.243,35	88,77%
Transferências capital	1.537.371,57	26,23%	536.803,40	11,23%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total financiamento não próprio	5.861.432,14	62,36%	4.781.046,75	55,81%
Total Receitas	9.398.632,54		8.566.240,37	

Unid.: Euro

Podemos verificar que, tal como ocorreu no exercício de 2018, no exercício em análise, foram as transferências correntes, que possuíam maior peso 73,77%, verificando-se um acréscimo em valor absoluto de 79.817,22€. Relativamente ao peso das transferências de capital, podemos verificar que em 2019 existiu um aumento face ao peso que detinham em 2018, registando-se, em valor absoluto, um aumento de 1.000.568,17€ nesta rubrica.

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, Lei das Finanças Locais (RFALEI), na sua redação atual, que estabelece as seguintes formas de participação:

- **FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro**, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de funcionamento e investimento;
 - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM – Fundo Social Municipal**: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (95,20%), quer de capital (74,02%).

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	3.991.274,00	92,30%	4.040.676,00	95,20%
Outras Entidades Estado	196.694,65	4,55%	71.063,73	1,67%
Participação Comunitária	2.748,11	0,06%	15.778,91	0,37%
Fundos e Serv. Autónomos	56.305,54	1,30%	37.503,59	0,88%
Outras transferencias correntes	77.038,27	1,78%	79.221,12	1,87%
Total das Transferências Correntes	4.324.060,57	100,00%	4.244.243,35	100,00%

Unid.: Euro



	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	697.766,00	45,39%	397.320,00	74,02%
Outras Entidades Estado	52.940,70	3,44%	105.000,00	19,56%
Participação Comunitária	786.654,87	51,17%	34.483,40	6,42%
Outras transferências capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Transferências Capital	1.537.371,57	100,00%	536.803,40	100,00%

Unid.: Euro

No exercício de 2019, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Art.35º Lei 73/2013	Total
Capital	385.223,00	-	-	312.543,00	697.766,00
Corrente	3.467.010,00	294.879,00	229.385,00	-	3.991.274,00
Total	3.852.233,00	294.879,00	229.385,00	312.543,00	4.689.040,00

Unid.: Euro

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2019, dos fundos municipais. Assinalamos um acréscimo de 5,80% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transato.

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2009	4.460.774	-	Mapa XIX, OE 2009
2010	4.506.500	1,03%	Mapa XIX, OE 2010
2011	4.281.175	-5,00%	Mapa XIX, OE 2011
2012	4.067.136	-5,00%	Mapa XIX, OE 2012
2013	4.067.136	0,00%	Mapa XIX, OE 2013
2014	3.955.241	-2,75%	Mapa XIX, OE 2014
2015	4.192.818	6,01%	Mapa XIX, OE 2015
2016	4.244.273	1,23%	Mapa XIX, OE 2016
2017	4.366.400	2,88%	Mapa XIX, OE 2017
2018	4.431.896	1,50%	Mapa XIX, OE 2018
2019	4.689.040	5,80%	Mapa XIX, OE 2019

Unid.: Euro

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

A autarquia, em 2019, arrecadou receita proveniente de fundos comunitários, no âmbito dos projetos FEADER-033555-Medida/Ação 10.2.1.6 e FSUE-01-9999-FSUE-000011, como se pode verificar no quadro seguinte:

	2019		2018		2017		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	0,00	0,00%	34.483,40	100,00%	104.995,53	100,00%	14.041,50	80,58%
Outros	786.664,87	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3.384,90	19,42%
Total	786.664,87	100,00%	34.483,40	100,00%	104.995,53	100,00%	17.426,40	100,00%

Unid.: Euro

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, na sua redação atual), nomeadamente no estabelecido no seu Capítulo V – Endividamento.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2019, com os limites de endividamento calculados nos termos do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual:

Limite	Dívida Total (*)						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part (**)	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
10.979.486	01-01-2019						
	10.895.906	502.390	11.398.296	11.294.756	315.269		
	31-12-2019						
	10.380.110	373.295	10.753.405	10.662.428		317.058	63.412
	Variação da Dívida %						-5,60%
	Variação do Excesso da Dívida %						-100,00%
	Margem Disponível por Utilizar						

Unid.: Euros

(*) Cálculos efetuados com base no 'Balancete - Apuramento de Resultados'

(**) Valor comunicado pelas entidades relativamente ao 4º trimestre

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município reduziu a dívida em 5,60 p.p. e o excesso de endividamento em 100 p.p..

Contribui para o endividamento do Município, o endividamento da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, da Comunidade Intermunicipal Viseu dão Lafões e das Empresas Municipais.



3. ANÁLISE DE ATIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as atividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	161.861,15
Faturado no ano	1.113.904,13
Total.....	1.275.765,28
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	1.163.247,30

Unid.: Euros

- Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	639.549,60
Faturado no ano	2.798.742,98
Total.....	3.438.292,58
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	2.929.749,69

Unid.: Euros



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

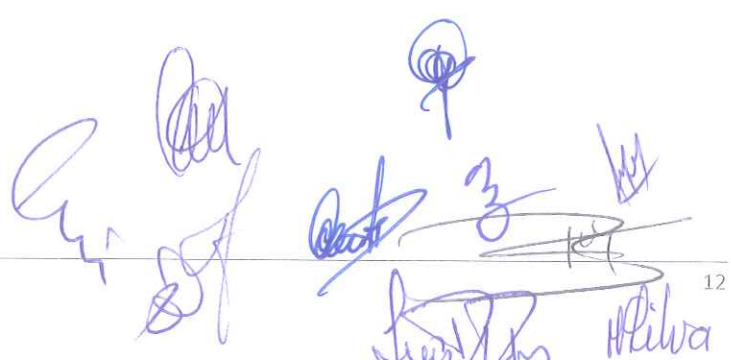
Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2019		2018		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	295.595,05	3,45%	304.023,09	3,64%	-8.428,04	-2,77%
Impostos e taxas	2.377.061,30	27,76%	2.360.066,90	28,23%	16.994,40	0,72%
Variação da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	47.120,78	0,56%	-47.120,78	-100,00%
Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Transferências e subsídios obtidos	5.009.481,00	58,51%	4.706.854,85	56,30%	302.626,15	6,43%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Proveitos e ganhos financeiros	506.505,15	5,92%	494.726,01	5,92%	11.779,14	2,38%
Proveitos e ganhos extraordinários	373.016,03	4,36%	447.026,86	5,35%	-74.010,83	-16,56%
Proveitos Totais	8.561.658,53	100,00%	8.359.818,49	100,00%	201.840,04	2,41%

Unid.: Euros

Observamos que 58,51% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado, apresentando os proveitos totais um aumento de 2,41%.

Numa análise às rubricas da tabela, verificamos que as Vendas e prestações de serviços diminuíram 2,77%. O aumento de 0,72% da rubrica Impostos e taxas deve-se a uma maior arrecadação de impostos diretos e taxas, multas e outras penalidades. No tocante a Transferências e subsídios obtidos o aumento de 6,43% deve-se ao aumento das transferências do Estado. Os Proveitos e ganhos financeiros aumentaram 2,38% devido à maior arrecadação de receita proveniente de juros sobre cobrança de impostos e rendimentos de imóveis. Os Proveitos e ganhos extraordinários diminuíram 16,56% devido à redução de provisões que ocorreu no exercício transato.



4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2019		2018		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	127.190,82	1,23%	137.775,24	1,31%	-10.584,42	-7,68%
Fornecimentos e serviços externos	2.757.141,90	26,77%	2.650.002,96	25,12%	107.138,94	4,04%
Custos com o pessoal	2.744.899,93	26,65%	2.576.796,73	24,42%	168.103,20	6,52%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	428.685,08	4,16%	422.849,37	4,01%	5.835,71	1,38%
Amortizações do exercício	3.589.810,09	34,85%	3.324.790,01	31,51%	265.020,08	7,97%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.d
Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.d
Custos e perdas financeiros	183.195,41	1,78%	343.712,92	3,26%	-160.517,51	-46,70%
Custos e perdas extraordinários	469.824,26	4,56%	1.094.750,79	10,38%	-624.926,53	-57,08%
Custos Totais	10.300.747,49	100,00%	10.550.678,02	100,00%	-249.930,53	-2,37%

Unid.: Euros

A rubrica de amortizações do exercício com 3.589.810,09€ e com um peso de 34,85% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspetiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros. Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com Fornecimentos e serviços externos e os Custos com pessoal, que no exercício de 2019 representam 26,77% e 26,65% dos custos totais, respetivamente.

Analisando a tabela verifica-se um aumento das rubricas de, Fornecimentos e serviços externos (4,04%), Custos com o pessoal (6,52%), de Transferências e subsídios correntes (1,38%), Amortizações do exercício (7,97%). Verificamos uma diminuição nos custos com as rubricas de Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (7,68%), Custos e perdas financeiros (46,70%), e Custos e perdas extraordinários (57,08%).

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2019 e o exercício de 2018:

Rubricas	2019	2018
Resultados Operacionais	-1.965.590,47	-1.694.148,69
Resultados Financeiros	323.309,74	151.013,09
Resultados Correntes	-1.642.280,73	-1.543.135,60
Resultados Extraordinários	-96.808,23	-647.723,93
Resultados Líquidos	-1.739.088,96	-2.190.859,53

Unid.: Euros

Da análise dos resultados verifica-se que os Resultados Operacionais evoluíram desfavoravelmente de cerca de 16,02%.

Os Resultados Financeiros apresentam melhoria em cerca de 2,14% resultante da diminuição de juros bancários e outros juros. Os Resultados Extraordinários apresentaram evolução positiva de cerca de 85,05%. O Resultado Líquido negativo, regista uma evolução favorável de cerca de 20,62%, o que em valor absoluto se traduz numa diminuição de 451.770,57€.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2019	2018	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	353.106,73	288.517,18	64.589,55	22,39%
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	n.d.
Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	n.d.
Contribuintes, c/c	29.299,48	23.891,27	5.408,21	22,64%
Utentes, c/c	211.686,43	209.997,81	1.688,62	0,80%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	440,43	310,43	130,00	41,88%
Adiantamentos a fornecedores			0,00	n.d.
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0,00	n.d.
Estado e outros entes públicos			0,00	n.d.
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26	0,00	0,00%
Outros devedores	57.692,13	329,41	57.362,72	17413,78%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Total da Dívida de Terceiros	353.106,73	288.517,18	64.589,55	22,39%

Unid.: Euros

Verifica-se um aumento da dívida de terceiros no exercício de 2019 em comparação com igual período do exercício anterior, no valor de 64.589,55€ sendo este resultante, na sua maioria, de receita proveniente de outros devedores.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2019	2018	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	2.104.378,14	1.796.288,25	308.089,89	17,15%
Empréstimos a curto prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores c/c	1.025.833,56	782.594,11	243.239,45	31,08%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência	0,00	0,00	0,00	n.d.
Clientes e utentes c/cauções	788,26	788,26	0,00	0,00%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores de imobilizado c/c	98.715,68	139.626,13	-40.910,45	-29,30%
Estado e outros entes públicos	77.024,53	38.962,93	38.061,60	97,69%
Administração autárquica	102.541,69	22.725,56	79.816,13	351,22%
Outros credores	799.474,42	811.591,26	-12.116,84	-1,49%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	8.275.732,03	9.099.617,71	-823.885,68	-9,05%
Dívidas a instituições de crédito	7.745.732,03	9.084.664,71	-1.338.932,68	-14,74%
Outros credores	530.000,00	14.953,00	515.047,00	3444,44%
Total da Dívida a Terceiros	10.380.110,17	10.895.905,96	-515.795,79	-4,73%

Unid.: Euros

No final de 2019, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 2.104.378,14€, superiores em relação ao ano anterior na ordem dos 17,15%. O saldo da rubrica 'Outros Credores' respeita fundamentalmente à participação no capital social do FAM a realizar em 2020 no valor de 14.953,00€, à dívida existente à Agência para o Desenvolvimento e Coesão relativamente aos processos de devolução QREN, no valor de 135.365,00 € e à dívida a Aníbal Mendes Santos, Unipessoal, resultante do Proc. 1760/17.5T8VIS, no montante de 344.995,76 €.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo regista uma diminuição de 9,05%. As dívidas a instituições de crédito, respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 14,74% em relação a 2019, devendo-se este à amortização de empréstimos existentes. Na rubrica Outros credores, com um aumento de 3444,44%, diz respeito à dívida a Aníbal Mendes Santos, Unipessoal, resultante do Proc. 1760/17.5T8VIS, no montante de 530.000,00 €

O total da dívida a terceiros apresenta uma diminuição de 4,73%, esta diminuição verifica-se na dívida de médio e longo prazo (9,05%), existindo um aumento na dívida de curto prazo (17,15%).

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 1.739.088,96 euros (um milhão, setecentos e trinta e nove mil e oitenta e oito euros e noventa e seis cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- | | |
|---|----------------|
| ▪ Transferência para Resultados Transitados | -1.739.088,96€ |
|---|----------------|

6. OUTROS ASSUNTOS

Já no período subsequente ocorreu a Pandemia de COVID – 19, o Município implementou um plano de contingência elaborado para o efeito seguindo as orientações do Governo e da DGS. À data de elaboração das demonstrações financeiras, não nos é possível quantificar o eventual impacto financeiro que a mesma poderá causar.

